

# Não tem sentido

## RETIRAR DIREITOS DOS EMPREGADOS

Conheça a história  
de luta e conquistas  
dos seus direitos



# Movimento é vitorioso desde o início

O movimento nacional dos empregados da Caixa Econômica Federal foi construído com lutas, mobilizações e conquistas. As primeiras ações foram deflagradas entre os anos de **1981 e 1982**, pelos auxiliares de escritório, que recebiam salários inferiores aos escriturários na carreira técnico-administrativa. Essa batalha vitoriosa contagiou os demais empregados do banco e o movimento sindical bancário, que também teve papel importante na luta pela redemocratização do país.

## Resistência une os trabalhadores de todo país

O movimento, que nasceu com a luta contra a discriminação aos auxiliares de escritórios, floresceu e se espalhou pelas unidades de todo o país, superando os limites do medo. Comissões abertas foram estruturadas e resultaram no 1º encontro nacional do segmento, no Rio de Janeiro. Foi a partir dessa resistência que o movimento pela jornada de seis horas, pela sindicalização e pelo direito de ser bancário ganhou força Brasil afora. Em paralelo, o movimento pela volta da democracia também ajudou a impulsionar a luta dos trabalhadores da Caixa.



## Primeiro Conecef: mobilizações fortes, amplas e unificadas

Os empregados da Caixa intensificaram a mobilização no ano de **1985**. Na luta pela conquista das seis horas de jornada e pelo direito à sindicalização, os trabalhadores realizaram o 1º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef), em Brasília, e aprovaram a greve de 24 horas para o dia 30 de outubro daquele ano. Nascia assim a tradição de mobilizações nacionais fortes, amplas e unificadas.

### Greve histórica de 1985

Dia **30 de outubro de 1985**: a primeira greve da história da Caixa teve 100% de adesão. Construída a partir da resistência dos auxiliares de escritório, a mobilização mostrou a ligação do banco com a defesa do desenvolvimento do país. Um de seus legados foi a certeza de que a mobilização é indispensável para que a Caixa continue a ser o banco 100% público, forte, social e a serviço da população brasileira.





## Conquista da jornada de 6 horas e sindicalização

A mobilização dos empregados da Caixa assegurou a tramitação em regime de urgência, na Câmara dos Deputados, do projeto de lei que instituía a jornada de 6 horas. O projeto foi aprovado em **28 de novembro de 1985** e, um dia depois, também foi aprovado o projeto que garantiu o direito dos trabalhadores à organização em sindicatos dos bancários. A conquista foi um passo importante para a equiparação salarial com os funcionários do Banco do Brasil, que resultou em reajuste médio de 73,18% e correção pela inflação, na campanha salarial de 1988.

## Luta contra demissões na década de 1990

Logo após ser eleito, o presidente Fernando Collor de Mello iniciou uma campanha de “caça aos marajás”. Na mira, porém, nada de marajás, mas empregados de empresas públicas, como a Caixa. Em **junho de 1990**, 2.341 empregados do banco foram dispensados. Em reação, a FENAE, as APCEF e os sindicatos de bancários organizaram uma campanha nacional em defesa da reintegração dos demitidos, o que ocorreu em setembro daquele ano.

## Solidariedade dos empregados ampara 110 demitidos

Em **setembro de 1991**, o Governo Collor voltou a perseguir os trabalhadores da Caixa. Desta vez, foram 110 demissões anunciadas após a greve da categoria, que durou 21 dias. A FENAE mais uma vez foi à luta e lançou a campanha “Não toque em meu companheiro”, mobilizando 35 mil empregados da Caixa na criação de um fundo solidário, constituído por uma contribuição equivalente a um tiquete alimentação diário. Em **outubro de 1992**, um mês após o impeachment de Collor, houve acordo para a reintegração dos demitidos. Em **fevereiro de 1994**, o presidente Itamar Franco aprovou a Lei 8.878/94, que anistiou todos os trabalhadores demitidos durante o Plano Collor.



## Governo FHC: novos ataques aos direitos do empregado Caixa

Após superar o Governo Collor, os empregados tiveram que enfrentar os difíceis anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, marcado por cortes nos custos e nos recursos humanos, terceirizações e reestruturação patrimonial na Caixa. Sob a política do “Estado mínimo”, a meta era ter um banco “enxuto” e “saneado”, pronto para privatização – qualquer semelhança com a agora chamada “Caixa magrinha”, como quer o atual governo, não é mera coincidência. E, como hoje, naquela época a vida dos empregados da Caixa foi seriamente afetada. No plano de saúde (o chamado PAMS), a qualidade dos serviços e a rede credenciada foram enfraquecidos. Os novos concursados assumiram sob as regras do PCS 98, com direitos reduzidos na saúde e na Funcef (plano REB).

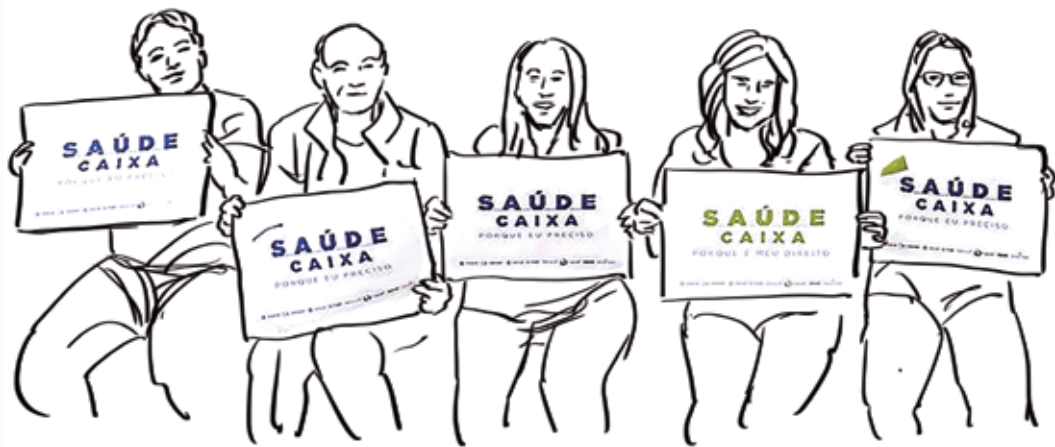
## Reação à demissão imotivada e resistência contra a privatização

Cortes e salários congelados marcaram os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002). A gestão de metas tornou-se o motor de “resultados” na Caixa. Entidades sindicais e associativas foram coagidas e sofreram repressão. Nada disso foi suficiente para barrar as massivas campanhas em defesa da Caixa pública. No **ano 2000**, além dos Planos de Demissão Voluntária (PDVs), o presidente autorizou a edição do RH 008, que estabeleceu a demissão imotivada, atingindo sumariamente mais de 500 empregados. O normativo só foi extinto em abril de 2003, já no Governo Lula, quando teve início o período das campanhas salariais unificadas de todos os bancários: com negociações das questões gerais, na mesa da Fenaban, e rodadas simultâneas, para os assuntos específicos.

A mobilização conjunta possibilitou que diversos direitos fossem retomados e conquistados, como o adiantamento de férias parcelável em 10 vezes, as cinco APIP’s (Ausência Permitida por Interesse Particular) conversíveis em espécie, a cesta alimentação igual à categoria, entre outros.

## Saúde Caixa: uma conquista dos trabalhadores

O atual modelo de custeio do Saúde Caixa, implementado em **2004**, foi uma vitória dos trabalhadores e se mostrou sustentável e superavitário ao longo dos anos. Em **2018**, a categoria manteve o plano consignado em acordo, garantindo o direito aos empregados da ativa e aposentados, mesmo havendo resolução do governo, que obrigava a retirada.





## Funcef com mais transparência e controle social

O movimento dos empregados da Caixa sempre lutou pela democratização da Funcef e por mais participação e transparência na gestão. A obtenção de um estatuto construído com a participação dos empregados resultou na ampliação da democracia, da transparência e do controle social. Nesse sentido, temos a conquista da paridade na composição da Diretoria Executiva, que possibilitou avanços importantes aos trabalhadores, como o Novo Plano. Outras conquistas foram o saldamento do REG/Replan, a criação do FAB e do FRB.

## PCS 2008 e reconquista de direitos

A unificação das tabelas do Plano de Cargos e Salários (PCS), no ACT de **2008**, representou uma das mais importantes conquistas dos empregados da Caixa. O novo PCS foi um avanço que acabou com a discriminação e a desigualdade na progressão da carreira, presentes nos planos de **1989 e 1998**. O PCS 2008 também garantiu a promoção por mérito.

## PLR e PLR Social: mobilização dos bancários garante direitos

Conquista histórica dos empregados da Caixa, adquirida em **2010**, a PLR Social é uma forma de valorizar os trabalhadores pelas atividades relacionadas aos programas sociais operacionalizados pelo banco público, a exemplo do Bolsa Família e do Minha Casa Minha Vida. Importante destacar que a PLR, como se conhece hoje na Caixa, é de 2003. Antes disso, existia a chamada PRX, um plano atrelado ao cumprimento de metas, que deixava a maioria dos trabalhadores sem receber nada. Ano após ano, graças à mobilização dos bancários e bancárias, a PLR e a PLR Social têm sido mantidas.



## Mais empregados para Caixa, Mais Caixa para o Brasil

A contratação de mais trabalhadores para a Caixa é urgente para garantir a saúde da categoria e o bom atendimento à população. Em **2007**, foi lançada a campanha "Mais empregados para a Caixa, mais Caixa para o





Brasil”, em que se alertou para a sobrecarga nas unidades de todo o país e para a necessidade de o banco estar à altura dos desafios que lhe têm sido colocados. Em 2003, a Caixa tinha 57 mil empregados e 2.126 agências. Já no final de 2014, o banco chegou a ter mais de 101 mil empregados e quase 3,4 mil agências.

FENAE, APCEFs e sindicatos estão novamente em luta para que a Caixa retome as contratações. Nos últimos anos, mais de 16 mil empregados deixaram o banco por meio de planos de demissões e aposentadoria. Hoje, são cerca de 85 mil trabalhadores, o que tem gerado mais sobrecarga e adoecimento nas unidades em todo país.

## Novo governo, novos ataques. Resistir é fundamental

A mudança de governo em 2016 significou mais ataques à função social da Caixa, além da tentativa de reduzir suas operações. Algumas medidas afetam diretamente os empregados do banco e seus direitos. Uma delas é a resolução CGPAR 23, que, entre outros pontos prejudiciais, diminui a participação das empresas no custeio dos planos de saúde de autogestão, como é o caso do Saúde Caixa.

Já em **dezembro de 2018**, foi publicada a CGPAR 25, que traz regras que colocam os fundos de pensão em risco, possibilitando, por exemplo, que a patrocinadora encerre planos de benefícios. A FENAE, APCEFs e sindicatos já estão em luta na tentativa de reverter as resoluções.

A estratégia, que está sendo intensificada agora no Governo Bolsonaro, é bem clara: fatar a empresa, retirando recursos e atribuições, em benefício do setor privado. Entre as áreas mais cobiçadas estão as de seguros, cartões, assets, loterias e gestão do FGTS. Mais uma vez, a mobilização dos trabalhadores e da sociedade será fundamental para barrar a redução da Caixa.



# Caixa forte e pública: pelo direito de ter direitos

Desde o século 19, quando o primeiro correntista depositou dois mil réis em uma poupança, até os tempos atuais, com mais de 90 milhões de clientes, a Caixa Econômica Federal tem cumprido seu papel de ser uma alternativa de acesso ao sistema bancário, principalmente para a população de baixa renda. Graças ao esforço de seus empregados, a instituição nunca abandonou o ideal com que foi construída: possibilitar à sociedade brasileira o direito de ter direitos, sem distinção de cor, etnia, condição econômica ou universo social. É justamente por serem responsáveis pela construção diária da Caixa, que os empregados devem ser valorizados.

A gestão de pessoas está diretamente ligada às diretrizes do governo. Os principais avanços da Caixa ocorreram nos momentos em que o governo esteve sintonizado com a valorização da categoria. Só assim, com respeito a seus trabalhadores, é que a Caixa irá continuar forte e social.



## Defesa da Caixa em todo o país

A defesa da Caixa pública, forte e social tem rodado o Brasil e levado informações aos empregados e à sociedade. Nos dois últimos anos foram realizados seminários, audiências públicas e dias de luta, para debater a importância do banco no desenvolvimento econômico e social do país. Também ocorreram ações junto ao Congresso Nacional e ao Judiciário.

Atualmente, diante de novas ameaças de enfraquecimento e da redução de direitos dos trabalhadores da Caixa, é fundamental que essa mobilização seja intensificada.

# Por que defender a Caixa?

Para se ter uma ideia do tamanho da Caixa para o Brasil e para os brasileiros, vamos ver os dados da atuação do banco nos mais diversos setores.



## Carteira de crédito

Saldo de R\$ 694 bi



## Carteira imobiliária

Saldo de R\$ 440 bi – 68,1% do mercado



## Operações de infraestrutura

R\$ 83 bi

*Dados referentes a setembro de 2018*



Em menos de um ano \* a Caixa injetou na economia cerca de R\$ 21,5 bi, pagando mais de 118 milhões de benefícios à população de baixa renda – a maioria em Bolsa Família



Pagou R\$ 209,2 bilhões em programas voltados ao trabalhador. Foram mais 140 milhões de pagamentos em menos de um ano.



No mesmo período, a Caixa arrecadou R\$ 9,9 bi das loterias, repassando R\$ 3,7 bilhões às áreas de esporte, cultura, segurança pública e seguridade social.

\*Janeiro a setembro de 2018

Nenhuma instituição financeira privada teria interesse em captar recursos para investir em saneamento, por exemplo.

Ou para assessorar e financiar prefeituras para a melhoria das condições de vida dos cidadãos.

Ou para patrocinar atletas e paratletas.

Por isso, a Caixa, que já completou 158 anos, deve continuar 100% pública, porque é um banco forte que faz justiça social, desde a sua criação. E que continua a representar, para grande parte do povo brasileiro, o verdadeiro banco social.

# Não tem sentido

**ENFRAQUECER &  
FATIAR &  
PRIVATIZAR A CAIXA**

Lute você também  
por um banco cada  
vez mais forte

Acesse:

[www.naotemsentido.com.br](http://www.naotemsentido.com.br)

[www.fenae.org.br](http://www.fenae.org.br)

[www.contrafcut.org.br](http://www.contrafcut.org.br)